



Relatório Anual

2013

ÍNDICE

3	AGRADECIMENTOS
3	INTRODUÇÃO
5	ADMINISTRAÇÃO DA OABPREV-NORDESTE
6	PANORAMA ECONÔMICO

RESULTADO DO PLANO EM 2013

12	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
29	INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
30	INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
33	RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
34	PARECER ATUARIAL
37	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
39	RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA
41	PARECER DO CONSELHO FISCAL
42	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
43	GLOSSÁRIO

AGRADECIMENTOS

A OABPrev-Nordeste agradece a todos os colaboradores, participantes, assistidos e parceiros que contribuíram para a edição deste Relatório. O envolvimento de cada indivíduo foi de grande importância para que as informações contidas aqui tivessem a qualidade e a credibilidade necessárias para o entendimento dos leitores.

INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional da Paraíba – OABPrev-Nordeste, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2013.

Encerramos o exercício de 2013 com 204 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no participante.

Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2011	2012	2013
Nº de Participantes*	183	204	204
Idade média (anos)	35,39	38,95	37,07
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	2	1,69	2,14
Contribuição média	R\$ 148,90	R\$ 120,10	R\$ 126,77
Saldo individual médio	R\$ 2.895,79	R\$ 8.411,21	R\$ 35.716,72

* Valores não contemplam Participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que o quantitativo de participantes ativos se manteve constante ao compararmos o exercício de 2013 com o de 2012.

No exercício de 2012 encerramos o ano com 121 Participantes Assistidos

Assistidos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2011	2012	2013
Nº de Assistidos	126	121	130
Idade média (anos)	68,79	69,32	70,22
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	3	4	4,20
Benefício médio	R\$ 1.287,35	R\$ 1.365,50	R\$ 1.186,29
Saldo individual médio	R\$ 164.965,99	R\$ 169.111,28	R\$ 134.091,84

Através da análise da tabela Assistidos percebe-se que houve uma elevação na quantidade de participantes em gozo benefício de aposentadoria no ano de 2013 passando de 121 em 2012 para 130.

Os aposentados do Plano Nordesteprev percebem em sua totalidade benefício de aposentadoria programada. Em 2013, o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - NordestePrev possui 13 participantes em benefício de pensão de morte ante 5 participantes em 2012, configurando um aumento de 160% em relação ao exercício de 2012.

Desde o início do funcionamento da entidade, em janeiro de 2009, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados.

O relatório anual tem por objetivo prestar informações aos Participantes referentes às atividades desenvolvidas pela entidade e ao seu plano de benefícios.

Com a divulgação deste documento, a OABPrev-Nordeste mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa Leitura!

ADMINISTRAÇÃO DA OABPREV-NORDESTE (EM 31/12/2013)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente: Marcio Maranhão Brasilino da Silva

Diretor Administrativo: Roosevelt Vita

Diretor Secretário: Francisco Luís Macedo Porto

Diretor Financeiro, de Benefícios e AETQ: Sebastião Alves da Silva

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Gilvânia Maciel Virginio Pequeno

Vice-Presidente: Heriberto Escolástico Bezerra

Conselheiro Titular: José Willians Vieira De França

Conselheiro Titular: Mário Gomes De Araújo Junior

Conselheiro Titular: Marcus Túlio Macedo Lima De Campos

Conselheiro Titular: Daniel José De Brito Veiga Pessoa

Conselheiro Titular: Vilmar Ferreira Da Rocha

Conselheiro Titular: Manoel Jackson De Sena

Conselheiro Suplente: Enrique Mário Lyras Carreras

Conselheiro Suplente: José Irivam Ferreira

Conselheiro Suplente: Bruno Farias De Paiva

Conselheiro Suplente: Ivanildo Pinto De Melo Júnior

Conselheiro Suplente: Ailton Trindade De Sales

Conselheiro Suplente: Albanisa Fernandes De Oliveira

Conselheiro Suplente: Thiago Leite Ferreira

CONSELHO FISCAL

Presidente: Rafael Sedrim P. De Miranda Tavares

Vice-Presidente: Francisco Sales De Oliveira

Conselheiro Titular: Adair Borges Coutinho Neto

Conselheiro Titular: Jeová Pereira Alves

Conselheiro Titular: Antonio Paulo Da Silva Pessoa Neto

Conselheiro Titular: Danyel De Sousa Oliveira

Conselheiro Suplente: Northon Guimarães Guerra

Conselheiro Suplente: Adenilde Helena Carlos Evangelista

Conselheiro Suplente: Niete Maximino Navarro

Conselheiro Suplente: Diego Fabricio C. De Albuquerque

Conselheiro Suplente: Thiago Cartaxo Patriota

Conselheiro Suplente: Valder Do Nascimento E Silva

PANORAMA ECONÔMICO

Após forte crescimento econômico de 7,5% em 2010, a expansão do PIB brasileiro desacelerou significativamente nos anos seguintes e passou a ter um desempenho bastante pior do que o crescimento médio das economias emergentes como a brasileira. Mais grave ainda é que também cresceu abaixo do crescimento do PIB mundial desde então. O melhor ano de expansão da atividade do governo da Presidente Dilma Rousseff foi 2011, quando o PIB cresceu a uma módica taxa de 2,7%. Nesse ano, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB das economias emergentes cresceu 6,3% e o da economia mundial, 3,9%. O ano de 2012 foi ainda pior para o Brasil, já que cresceu apenas 1%, com o PIB per capita se retraindo. Nesse ano, a economia mundial cresceu 3,1% e as economias emergentes e em desenvolvimento cresceram 4,9%. Isto é, os pares do País na economia mundial cresceram, em média, praticamente cinco vezes o que cresceu o Brasil. Por fim, em termos de crescimento do PIB, 2013 trouxe melhores notícias para o Brasil, que fechou o ano com crescimento de 2,3%. Ainda assim, trata-se de um crescimento baixo demais para uma economia emergente, conforme mostram os dados e as projeções da tabela embaixo.

PIB Mundial: Realizado e Projeções FMI

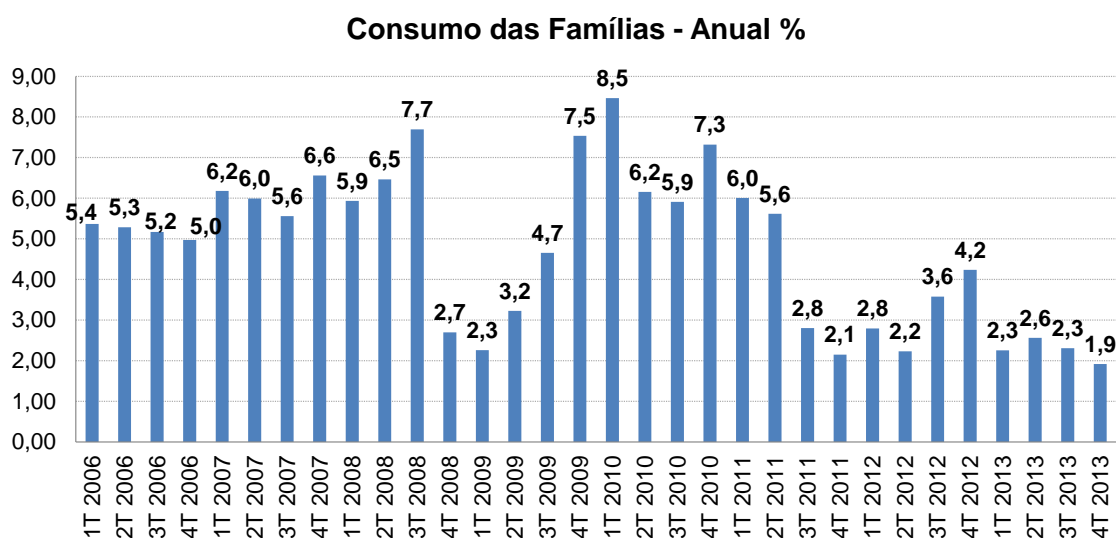
				Janeiro 2014		Abril 2014	
	2011	2012	2013	2014	2015	2014	2015
PIB Mundial	3,9	3,1	3,0	3,7	3,9	3,6	3,9
Economias Avançadas	1,6	1,4	1,3	2,2	2,3	2,2	2,3
Estados Unidos	1,8	2,8	1,9	2,8	3,0	2,8	3,0
Zona do Euro	1,4	-0,7	-0,4	1,0	1,4	1,2	1,5
Alemanha	3,1	0,9	0,5	1,6	1,4	1,7	1,6
França	1,7	0,0	0,2	0,9	1,5	1,0	1,5
Itália	0,4	-2,5	-1,8	0,6	1,1	0,6	1,1
Espanha	0,4	-1,6	-1,2	0,6	0,8	0,9	1,0
Japão	-0,6	1,4	1,7	1,7	1,0	1,4	1,0
Reino Unido	0,9	0,3	1,7	2,4	2,2	2,9	2,5
Economias Emergen e em Desenvolv	6,3	4,9	4,7	5,1	5,4	4,9	5,3
Rússia	4,3	3,4	1,5	2,0	2,5	1,3	2,3
China	9,3	7,7	7,7	7,5	7,3	7,5	7,3
Índia	7,9	3,2	4,4	5,4	6,4	5,4	6,4
Brasil	2,7	1,0	2,3	2,3	2,8	1,8	2,7
Africa do Sul	3,5	2,5	1,8	2,8	3,3	2,3	2,7
México	3,9	3,7	1,2	3,0	3,5	3,0	3,5

Fonte: WEO, FMI (Abril, 2014)

De acordo aos dados do IBGE, o PIB brasileiro alcançou a marca dos R\$4,84 trilhões em 2013, equivalente a US\$2,23 trilhões, tendo em vista a taxa de câmbio média de R\$2,17 por Dólar ao longo do ano passado. Mesmo tendo crescido abaixo da média do PIB mundial nos últimos anos, o Brasil ocupa uma posição de destaque no ranking das economias mundiais, pois em 2013 ficou com a sétima posição dentre as maiores economias do mundo.

O PIB brasileiro do último trimestre do ano passado surpreendeu positivamente ao crescer 0,7% em relação ao terceiro trimestre na série com ajuste sazonal. Este crescimento trimestral corresponde a um crescimento anualizado de 2,8%, bastante acima da média de crescimento anual de apenas 2% nos primeiros três anos do governo da Presidente Dilma Rousseff. Em termos desagregados, o consumo das famílias cresceu 2,3%, mantendo uma trajetória de expansão que a caracterizou sempre na última década, mesmo no pior momento da crise financeira internacional, que eclodiu a partir de setembro de

2008. De todo modo, o consumo das famílias vem crescendo a taxas muito menores das taxas apresentadas até o início de 2011, tendo em vista que aquele boom de consumo levou a um forte endividamento das famílias.



A melhor notícia dos dados do PIB de 2013 é que o investimento começou a se recuperar e cresceu 6,3% em relação ao ano anterior, revertendo o dado preocupante de 2012, quando o investimento tinha caído 4% em relação a 2011. Mesmo com o crescimento do investimento acima do crescimento do PIB de 2,3%, a taxa de investimento como proporção do PIB fechou em 18,4%, o que é muito baixa para sustentar uma taxa de crescimento anual da economia brasileira perto da média dos países emergentes. Para crescer à taxa sustentada de 4 a 5% ao ano, o Brasil precisaria investir de 22% a 24% do PIB por ano. É notória a situação de pontos de estrangulamento na infraestrutura do País de forma geral: estradas, portos, aeroportos, energia elétrica, etc. Dados os pontos de estrangulamento, fica prejudicado o escoamento da produção, bem como a possibilidade de expansão ininterrupta da atividade a taxas elevadas. Recentemente, tem havido um processo mais firme de leilões de concessão de rodovias, ferrovias e aeroportos para o setor privado, que é o caminho certo para melhorar a logística diminuindo gradualmente os problemas de falta de infraestrutura adequada.

Apesar de o Brasil ter a segunda maior carga tributária da América Latina (mais de 36% do PIB), atrás somente da Argentina, as contas do setor público estão extremamente apertadas e não tem espaço para grandes projetos de investimento. É por isto que a saída para resolver os graves problemas de infraestrutura se encontra na atração do setor privado para esses grandes projetos de investimento. É claro que para atrair o setor privado é indispensável oferecer rentabilidade, confiança, regras estáveis e segurança jurídica. Na medida em que isto esteja assegurado, o setor privado há de se interessar por investir em um país continental, com excelentes recursos naturais e um mercado consumidor imenso, como o Brasil.

Apresentamos abaixo um quadro detalhado das contas do Governo Central em 2013, onde pode ser observado que a despesa total alcançou R\$914 bilhões, com aumento de 13,5% em relação a 2012. Deste total, a despesa de “Capital (Investimentos)” totalizou apenas R\$63,20 bilhões, com aumento pouco acima da inflação do período (6,4%). Se retirarmos do aumento de 13,5% da despesa total a inflação de 5,91%, medida pelo IPCA, teremos que a despesa total cresceu 7,2% em termos reais. Isto é, a despesa total do Governo Central cresceu em 2013 mais de três vezes o que cresceu o PIB real (2,3%).

Entretanto, o investimento do Governo Central, que se faz tão necessário, perdeu espaço no PIB porque cresceu menos do que a inflação de 5,91% adicionada do crescimento do PIB real de 2,3% (8,3%). O investimento do Governo Central foi dos menores historicamente no ano passado, correspondendo a apenas 1,31% do PIB.

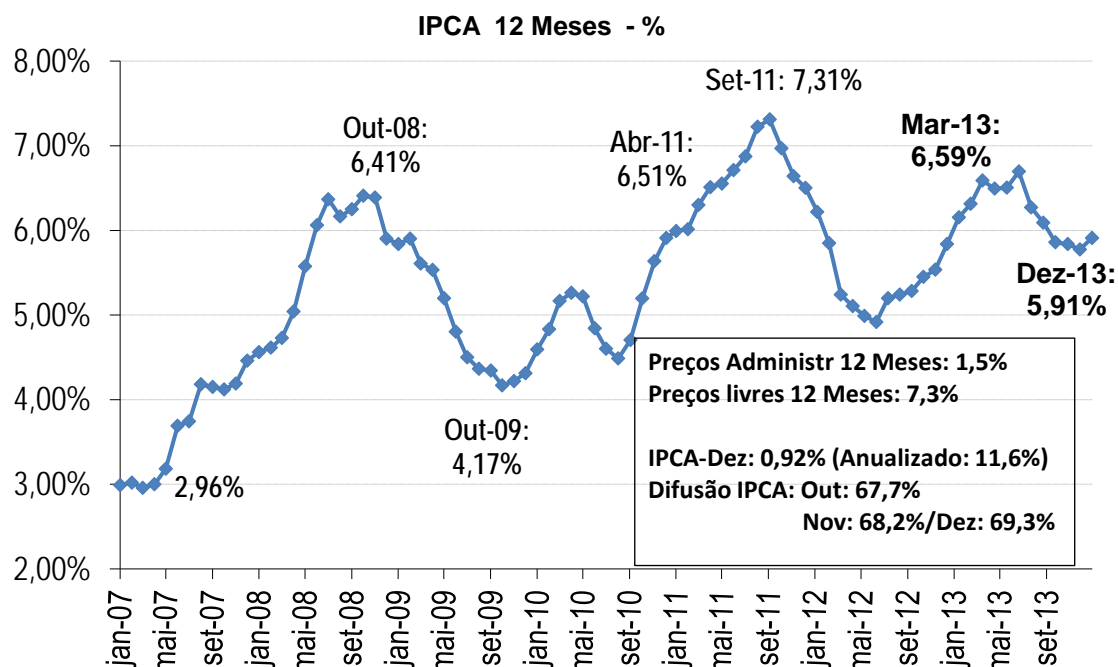
Resultado Primário do Governo Central - Jan/Dez (R\$ Bi)				
Discriminação do Resultado	2012	2013	%	Diferença
Receita Total	1.062,20	1.181,10	11,2	+118,9 bi
Receita do Tesouro	783,40	871,20	11,2	+87,7 bi
Receita da Previdência Social	275,80	307,10	11,3	+31,4 bi
Receitas do Banco Central	3,00	2,80	-6,7	
Transferências a Est e Munic	181,40	190,00	4,7	
Receita Líquida Total	880,80	991,10	12,5	+110,3 bi
Despesa Total	805,00	914,00	13,5	+109,1 bi
Pessoal	186,10	202,70	8,9	+16,6 bi
Benefícios Previdenciários	316,60	357,00	12,8	+40,4 bi
Custeio e Capital	296,20	348,10	17,5	
FAT	39,30	44,70	13,7	
Subsídios	9,67	8,89	-8,0	
Benefícios Assistenciais	29,20	33,50	14,7	+4,3 bi
Auxílio à CDE	0,00	7,90	--	
Outras despesas Custeio e Cap	216,40	251,90	16,4	
Custeio	156,90	188,60	20,2	+31,7 bi
Capital (Investimentos)	59,40	63,20	6,4	+3,8 bi
Despesas do Banco Central	3,80	4,10	7,9	
Transf do Tesouro ao Bacen	2,30	2,10	-8,7	
Resultado Primário -Gov Central	88,30	77,10	-12,7	-11,2 bi
Tesouro Nacional	129,80	128,20	-1,2	
Previdência Social	-40,80	-49,90	--	
Banco Central	-0,80	-1,30	--	

Fonte: Tesouro Nacional

O superávit primário caiu de R\$88,3 bilhões em 2012 para R\$77,1 bilhões em 2013. E não foi muito pior porque nos últimos dois meses do ano, entraram receitas extraordinárias de R\$36,8 bilhões (R\$21,8 bilhões por parcelamento de débitos tributários e R\$15 bilhões por contrato de concessão de petróleo e gás). Além dessas receitas extraordinárias, que engordaram o caixa do Tesouro, mas que não são recorrentes houve represamento de despesas no final do ano, que passaram para o ano de 2014 como “restos a pagar”. O resultado foi que as despesas do Governo Central aumentaram espantosos 19,5% em janeiro de 2014 comparado a janeiro de 2013. Não resta dúvida que a política fiscal vem se deteriorando a passos largos e não propriamente por aumento nos tão necessários investimentos. O fato é que o superávit primário que, durante boa parte do Governo do Presidente Lula, ficou acima de 3% do PIB, encerrou 2013 em apenas 1,9% do PIB, apesar das receitas não recorrentes e do adiamento de certas despesas para o início de 2014. Além disso, mais expansão fiscal é feita através do BNDES.

Assim, a política fiscal extremamente expansionista vem prejudicando o combate à inflação, cuja responsabilidade ficou integralmente nas mãos do Banco Central. Em 2013, o IPCA registrou inflação de 5,91%, acima dos 5,84% de 2012. A inflação foi elevada apesar dos preços administrados dentro do índice subirem apenas um acumulado de 1,5% nos doze meses, haja vista a redução compulsória dos preços da energia elétrica e o represamento do preço da gasolina. Sem estes represamentos a inflação

teria sido muito maior. A meta central de inflação é 4,5% desde 2005, mas nos últimos seis anos a meta foi cumprida somente em 2009, quando o IPCA fechou o ano com taxa de 4,31%.



Tendo em vista o afastamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central começou um processo gradual de aperto monetário em abril de 2013, elevando a taxa Selic dos 7,25% ao ano em que se encontrava à época para 10% ao ano no fechamento de 2013. O aperto monetário continuou em 2014 e na reunião de abril do COPOM a Selic foi fixada em 11% ao ano. Apesar da contração monetária que já perfaz 375 pontos-base, a inflação não tem cedido e as expectativas de inflação continuam subindo de forma consistente, de modo que a expectativa atual é que 2014 se encerrará com inflação muito próxima do teto da meta (6,5%).

A taxa de câmbio se desvalorizou sensivelmente em 2013, fechando o ano em R\$2,34 por Dólar em comparação a R\$2,04 por Dólar em fins de 2011. Esta desvalorização colocou mais combustível no processo inflacionário. Com o passar do tempo, a taxa de câmbio mais desvalorizada terá um impacto positivo na redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. Mas, a realidade é que em termos das necessidades de financiamento externo, o Brasil de todo modo encontra-se em uma situação extremamente confortável para enfrentar uma potencial redução de liquidez internacional. Com efeito, o investimento direto estrangeiro continua elevado. Em 2013, totalizou US\$64 bilhões e aumentou no começo de 2014, de modo que nos doze meses até fevereiro tinha alcançado US\$65,76 bilhões. Também há que se destacar que o Banco Central conta com um elevado nível de reservas internacionais. Em dezembro de 2013 estavam em US\$376 bilhões, que correspondia a mais de dez vezes o total da dívida externa de curto prazo, bem como cobria a totalidade da dívida externa pública e privada de curto, médio e longo prazos (US\$308,63 bilhões).

Por fim, toda a deterioração da política macroeconômica e seus resultados medíocres em termos de inflação e crescimento, aliada à expectativa com a redução dos estímulos monetários nos Estados

Unidos, produziu enorme volatilidade nos ativos financeiros ao longo de 2013. Houve queda do Ibovespa de 15,5% e aumento das taxas de juros dos títulos prefixados e dos títulos corrigidos pelo IPCA, com conseqüente queda dos seus preços. Assim, a maioria dos poupadores amargaram fortes perdas no seu patrimônio. No entanto, é importante ressaltar que quem não realizou o prejuízo há de recuperar patrimônio quando a economia entrar nos trilhos novamente via mudanças na atual política econômica e diante de um cenário de economia internacional mais estável que nos últimos anos, e já mostrando que o pior ficou para trás.

(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do grupo Icatu Seguros)

RESULTADOS DO PLANO EM 2013

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL				R\$ MIL	
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Disponível	6.762	8	Exigível operacional	90	94
Realizável	19.934	23.448	Gestão previdencial	30	40
Investimentos	19.934	23.448	Gestão administrativa	60	54
Fundos de investimento	19.934	23.448	Patrimônio social	26.642	23.406
			Patrimônio de cobertura do plano	26.527	23.327
Permanente	36	44	Provisões matemáticas	26.527	23.327
Imobilizado	36	44	Benefícios concedidos	18.982	21.432
			Benefícios a conceder	7.545	1.895
			Fundos	115	79
			Fundos administrativos	115	79
Total do ativo	26.732	23.500	Total do passivo	26.732	23.500

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Patrimônio social - início do exercício	23.406	22.085	6
1. Adições	8.733	4.487	95
(+) Contribuições previdenciais	7.228	1.840	293
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	947	2.173	-56
(+) Receitas administrativas	555	464	20
(+) Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Administrativa	3	10	-70
2. Destinações	-5.497	-3.166	74
(-) Benefícios	-3.155	-2.634	20
(-) Resultado negativo dos investimentos Gestão previdencial	-1.819	-	-100
(-) Despesas administrativas	-517	-532	-3
(-) Resultado negativo dos Investimentos Gestão Administrativa	-6	-	-100
3. Acréscimo/Decréscimo no patrimônio social (1+2)	3.236	1.321	145
(+/-) Provisões matemáticas	3.200	1.379	132
(+/-) Fundos Administrativos	36	-58	-162
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	26.642	23.406	14

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - NORDESTEPREV

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO NORDESTEPREV			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Ativo Líquido - início do exercício	23.327	21.948	6
1. Adições	8.380	4.099	104
(+) Contribuições	7.433	1.926	286
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	947	2.173	-56
2. Destinações	-5.180	-2.720	90
(-) Benefícios	-3.155	-2.634	20
(-) Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	-1.819	-	-100
(-) Custeio administrativo	-206	-86	140
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	3.200	1.379	132
(+/-) Provisões matemáticas	3.200	1.379	132
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	26.527	23.327	14
C) Fundos não previdenciais	115	79	46
(+/-) Fundos Administrativos	115	79	46

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - NORDESTEPREV

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO NORDESTEPREV			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
1. Ativos	26.672	23.446	14
Disponível	6.762	8	84.425
Recebível	115	79	46
Investimento	19.795	23.359	-15
Fundos de investimento	19.795	23.359	-15
2. Obrigações	30	40	-26
Operacional	30	40	-26
3. Fundos não previdenciais	115	79	46
Fundos administrativos	115	79	46
5. Ativo líquido (1-2-3)	26.527	23.327	14
Provisões matemáticas	26.527	23.327	14

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	79	138	-43
1. Custeio da gestão administrativa	559	472	18
1.1. Receitas	559	472	18
Custeio administrativo da gestão previdencial	205	86	139
Custeio administrativo dos investimentos	322	337	-4
Receitas diretas	29	25	-5
Resultado positivo dos investimentos	3	10	-70
Outras receitas	-	14	-100
2. Despesas administrativas	-517	-531	-3
2.1. Administração previdencial	-311	-295	6
Pessoal e encargos	-93	-79	18
Treinamentos/congressos e seminários	-2	-	-100
Viagens e estadias	-2	-3	-33
Serviços de terceiros	-68	-91	-25
Despesas gerais	-138	-109	27
Depreciações e amortizações	-7	-3	133
Outras despesas	-1	-10	-1
2.2. Administração dos investimentos	-206	-236	-13
Serviços de terceiros	-206	-236	-13
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-6	-	-100
4. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2)	-36	-59	-161
5. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)	36	-59	-161
B) Fundo administrativo do final do exercício (A+5)	115	79	45

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - NORDESTEPREV

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO NORDESTEPREV			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
Provisões Técnicas (1 + 2 + 4)	26.557	23.367	14
1. Provisões matemáticas	26.527	23.327	14
1.1. Benefício Concedido	18.982	21.432	-11
Contribuição definida	18.982	21.432	-11
1.2. Benefício a conceder	7.545	1.895	298
Contribuição definida	7.545	1.895	298
Saldo de contas - parcela participantes	7.545	1.895	298
4. Exigível Operacional	30	40	-26
Gestão Previdencial	30	40	-26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba doravante denominado OABPrev–Nordeste, inscrita sob o CNPJ 09.011.460/0001-90 e CNPB 20070021-83 é uma Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, instituído pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seccional da Paraíba, denominada Instituidora-Fundadora.

A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da Diretoria de Análise Técnica, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional da Paraíba - OABPrev–Nordeste plano de benefício de contribuição definida (CD), pela portaria nº 1.199 de 15 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2007. A autorização da aplicação do regulamento do plano foi pela portaria nº 1.467 de 22 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2007.

O Plano de Benefícios – OABPREV NE com data base de 31/12/2013 possui 319 participantes ativos, 130 assistidos e 13 pensionistas, além de apresentar uma idade média populacional de 37, 71 e 67 anos, respectivamente.

O OABPrev-Nordeste tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

São instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – NordestePrev, a Ordem dos Advogados do Brasil -, Seccional da Paraíba, a Caixa de Assistência dos Advogados da Paraíba e a Associação dos Aposentados da Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – APOSCAERN.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de receitas diretas e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A OABPREV - NE apresenta as demonstrações contábeis em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC Nº 5, de 8 de setembro de 2011 e Instrução

PREVIC nº 6 de 13 de novembro de 2013 e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC Nº 12 de 19 de agosto de 2013, as entidades fechadas previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- I. Balanço Patrimonial;
Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.
- II. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS;
Este Demonstrativo substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações ocorridas no Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.
- III. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;
Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as modificações ocorridas no Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.
- IV. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;
Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.
- V. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA;
Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as altera es do fundo administrativo, ao final de cada exercício.
- VI. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.
Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada a totalidade dos compromissos de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.1. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:

2.1.1.

A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais e o plano de gestão administrativa.

2.1.2. Apuração do Resultado:

As demais receitas e despesas são registradas com base no princípio da competência significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

As contribuições de participantes vinculados ao plano instituído são escrituradas com base no regime de caixa, por ocasião do recebimento, de acordo com o item 8.1 do anexo C da Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

2.1.3. Realizável:

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

2.1.4. Investimentos:

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a) Títulos para negociação – registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

2.1.5. Exigível Operacional:

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

2.1.6. Operações Administrativas:

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdenciais, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

2.1.7. Provisões Matemáticas:

As provisões matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais segundo parecer de atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes, assistidos ou a seus beneficiários, na forma prevista no regulamento do plano de benefícios.

2.1.8. Estimativas Contábeis:

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as contingências, as provisões matemáticas e os fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

3.1. Gestão Previdencial:

Compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. Gestão Administrativa:

Compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

3.3. Investimentos:

Compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios.

4. ATIVO - DISPONÍVEL

A denominação “disponível” é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito.

A posição consolidada do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, referente às contas correntes é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Banco	6.762	8
Banco do Brasil Ag. 16365 – C/C 310425	6.758	6
Banco do Brasil Ag. 16365 – C/C 306851	4	2
Total do Disponível	6.762	8

A Entidade recebeu em 30/12/2013, aportes no valor de R\$ 6.724, no entanto, neste dia, o valor estava bloqueado para aplicação. Em 31/12/2013, por não existir expediente bancário para efetuar a transferência dos recursos e pelo fundo de investimentos da Entidade não possuir cotização, o montante permaneceu na conta corrente até o dia 02/01/2014, primeiro dia útil.

5. ATIVO REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos do Plano de Benefícios no ano de 2013 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua Reunião Ordinária, realizada em 20 de dezembro de 2012, cujos objetivos foram transmitidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em 15/01/2013.

b) Controle de Riscos

No âmbito da Política de Investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

c) Gestão de Investimentos

c.1.) O Plano de Benefícios, em 31/12/2013, possuía o Fundo de Investimento Icatu Vanguarda FIC de FI OABPrev Nordeste Multimercado, a seguir discriminado:

c.1.a) Renda Fixa:

- Icatu Vanguarda FI Renda Fixa Crédito Privado LP;

- Icatu Vanguarda Gold FI Renda Fixa;
- Icatu Vanguarda Renda Fixa FI Plus LP;
- Icatu Vanguarda IPC Gold Plus FI RF;
- Icatu Vanguarda IPC Gold FI RF;
- Icatu Vanguarda Proteção Real FI Renda Fixa Crédito Privado;
- Icatu Vanguarda FI Renda Fixa IPCA Crédito Privado LP.

c.2.) O Fundo de Investimento Icatu Vanguarda FIC de FI OABPREV Nordeste Multimercado, em 31/12/2013, possuía os seguintes valores:

INVESTIMENTOS	2013	2012
ICATU VANGUARDA FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	5.327	4.477
ICATU VANGUARDA GOLD FI RENDA FIXA LP	779	7.616
ICATU VANGUARDA RENDA FIXA FI PLUS LONGO PRAZO	398	-
ICATU VANGUARDA IPC GOLD PLUS FI RF	4.780	5.826
ICATU VANGUARDA IPC GOLD FI RF	4.737	3.164
ICATU VANGUARDA PROTEÇÃO REAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	2.928	1.670
ICATU VANGUARDA FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO LP	974	-
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - LTNO	-	678
CONTAS A PAGAR	-3	-4
SALDO EM TESOURARIA	14	21
TOTAL	19.934	23.448

A posição consolidada do Ativo Realizável – Investimentos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

INVESTIMENTOS	2013	2012
Plano	19.795	23.359
Fundos de Investimentos	19.795	23.359
Plano PGA	139	89
Fundos de Investimentos	139	89
Total	19.934	23.448

6. ATIVO PERMANENTE

Os bens que constituem o permanente do Plano de Gestão Administrativa são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a composição consolidada do Ativo Permanente é a seguinte:

Ativo Permanente	Taxa de Depreciação Amortização	2013	2012
Imobilizado			-
Equipamentos de Informática	20% a.a.	13	18
Móveis e Utensílios	10% a.a.	<u>17</u>	20
Maquinas e Equipamentos	10% a.a.	4	4
Instalações	10% a.a.	2	2
TOTAL		36	44

7. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Correspondem às obrigações a pagar assumidas pelo plano de benefícios com terceiros, relativos a contrato de repasse das contribuições de risco junto a uma seguradora que administra o risco que é vendido pela entidade, propostas a devolver a participantes que contribuíram no momento de aderir ao plano mais não são elegíveis ao plano de benefícios, assim como, resgates e benefícios a pagar e a retenção de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre estes resgates e benefícios.

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Benefício a pagar	-	8
Rendas e Resgate	-	8
Retenções a recolher	7	11
IRRF	<u>7</u>	11
Outras Exigibilidades	23	21
Repasse de risco para seguradora	21	19
Proposta a devolver	2	2
TOTAL	30	40

8. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Correspondem às obrigações a pagar assumidas pela Entidade relativas à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, ainda não liquidados.

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Salários e Encargos	2	-
INSS	2	-
Fornecedores	47	46
Icatu Administração Previdenciária	47	46
Retenções a Recolher	3	5
IRRF sobre serviços pessoa jurídica	1	2
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços de terceiros	2	3
Outras exigibilidades	8	3
PIS/COFINS sobre receitas administrativas	8	3
TOTAL	60	54

9. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza fiscal, trabalhista ou cível, que devam estar registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

10. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações do Plano e PGA, apresenta a seguinte composição:

Descrição	Nota	2013	2012
Plano			
Patrimônio de Cobertura do Plano		26.527	23.327
Provisões Matemáticas	10.1	26.527	23.327
Benefícios Concedidos	10.2	18.982	21.432
Benefícios a Conceder	10.3	7.545	1.895
Plano PGA			
Fundos		115	79
Administrativos	10.5	115	79
Total Patrimônio Social Consolidado		26.642	23.406

10.1.

As Provisões Matemáticas, no total de R\$ 26.527 (em 2012, R\$ 23.327), referem-se às provisões dos Benefícios Concedidos do Plano, de R\$ 18.982 (em 2012, R\$ 21.432), com os participantes assistidos, e às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano, de R\$ 7.545 (em 2012, R\$ 1.895), com os participantes ativos, conforme avaliação atuarial elaborada por atuário externo.

10.2.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

10.3.

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

10.4. Premissas e Hipóteses Atuariais

Descrição	2013	2012
Tábua de Mortalidade Geral (1)	AT2000 F	AT2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos (2)	AT2000 F	AT2000
Hipóteses sobre taxa de juros % (3)	5,50%	5,00%

- (1) Justificativa: Tendo em vista se tratar de um plano aprovado em 2009, contemplando uma experiência estatística ainda insuficiente para realização de estudos e testes de aderência significativamente consistentes, em conformidade com o Guia PREVIC Melhores Práticas Atuariais em Fundos de Pensão, optou-se por apresentar os resultados dos testes realizados para toda a massa de participantes de 16 planos instituídos. Face ao exposto, conforme resultados apresentados pelo Relatório RAH_2013_OABPREV-NE_rev001, optou-se pela alteração da tábua de Mortalidade Geral, ou seja, adoção da Tábua AT-2000 F.
- (2) Justificativa: Tendo em vista se tratar de um plano aprovado em 2009, mesmo agrupando dados de planos com características semelhantes, a experiência estatística foi insuficiente para realização de estudos e testes de aderência significativamente consistentes. Face ao exposto, conforme resultados apresentados pelo Relatório RAH_2013_OABPREV-NE_rev001, optou-se, por conservadorismo, em alterar a tábua de Mortalidade de Inválidos, adotando a mesma tábua indicada para estimar a expectativa de vida de participantes assistidos válidos, qual seja, Tábua AT-2000 F.
- (3) Justificativa: Por se tratar de investimentos de longo prazo, a duration do passivo estar na ordem de 5,4 anos (apurada em 2012), além da alocação dos ativos atualmente encontra-se em títulos públicos atrelados ao IPCA (NTN-B), com vencimento para 2020, cuja rentabilidade gira em torno de 5,55%a.a., conforme resultados apresentados pelo Relatório RAH_2013_OABPREV-NE_rev001, sugerimos a opção pela manutenção da hipótese atual, qual seja, manter a taxa de 5,00%a.a. para as concessões e recálculo dos benefícios, porém conforme entendimento da Entidade a mesma aumentou da Taxa para 5.5% a.a., conforme determinação da Resolução CGPC 09/2012.

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

Fundo	2013	2012
Administrativo	115	79

11. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

11.1. Plano

11.1.1.

As receitas previdenciais do Plano totalizaram no ano R\$ 7.433 (em 2012, R\$ 1.926).

11.1.2.

As despesas de benefícios dos assistidos totalizaram no ano R\$ 3.156 (em 2012, R\$ 2.634).

11.1.3.

As constituições líquidas das Provisões Matemáticas do Plano totalizaram no ano R\$ 3.200 (em 2012, R\$ 1.379), sendo reversão de R\$ 2.450 de Benefícios Concedidos (em 2012, constituição de R\$ 15) e constituição de R\$ 5.650 de Benefícios a Conceder (em 2012, constituição de R\$ 1.364) e foram cobertas com os resultados dos investimentos líquidos e contribuições realizadas para o Plano, deduzidos dos pagamentos de benefícios.

12. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA**12.1. Plano PGA**

As movimentações ocorridas na Gestão Administrativa resultaram em 2013, na constituição de Fundo Administrativo de R\$ 36 (2012, reversão de R\$ 59) e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Constituição/Reversão de Fundo Administrativo	36	-59
Receitas	556	462
Contribuição dos Participantes	205	86
Custeio sobre Resultado dos Investimentos	322	337
Receita Direta PGA	29	25
Reversões de Despesas	-	14
Despesas	-517	-531
Administração Previdencial	-311	-295
Pessoal e Encargos	-93	-79
Treinamento/Congresso e Seminários	-2	-
Viagens e Estadias	-2	-3
Serviços de Terceiros	-68	-91
Administração de Planos	-61	-76
Auditoria Contábil	-7	-15
Despesas Gerais	-137	-114
Cartório	-	-1
PIS/COFINS	-26	-21
Lanches e Refeições	-	-6
Locomoção	-2	-4
Postagens	-1	-1
TAFIC	-2	-1
Despesas s/ Contas Correntes	-17	-12
Alugueis	-11	-9
Associação de Classe	-5	-12
Água/Energia Elétrica/Telefone	-13	-13
Eventos e Confraternizações	-6	-5
Limpeza e Conservação	-5	-2
Material de Consumo	-1	-
Material de expediente	-3	-6
Reembolso de despesas	-45	-21
Depreciações e Amortizações	-7	-3
Outras Despesas	-1	-5
Administração dos Investimentos	-206	-236
Administração de Planos	-206	-236
Resultado Líquido dos Investimentos	-3	10

Para efeito de melhor comparabilidade, gerencialmente, foi efetuada a realocação de R\$ 5, relativo ao ano de 2012 para a rubrica “Eventos e Confraternizações”, oriundo da rubrica “Outras Despesas”.

13. CONTAS DE RESULTADOS - INVESTIMENTOS

13.1. Plano

13.1.1.

O resultado líquido das aplicações dos investimentos do Plano, no ano, foi negativo de R\$ 872 (em 2012, positivo de R\$ 2.173) e foi transferido para a Gestão Previdencial por meio dos Fluxos dos Investimentos.

13.2. Plano PGA

13.2.1.

O resultado líquido das aplicações dos investimentos do Plano PGA, no ano, foi negativo de R\$ 3 (em 2012, positivo de R\$ 10) e foi transferido para o Fundo Administrativo do plano.

14. RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

A rentabilidade líquida acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, obtida pela aplicação do patrimônio da entidade, foi de -0,32% e 0,81% em 2012, calculada com base na variação das cotas.

15. PIS E COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate).

João Pessoa (PB), 31 de dezembro de 2013.

Carlos Alberto dos Santos Corrêa

Contador CRC- RJ 52.009/O-5

Marcio Maranhão Brasilino da Silva

Diretor Presidente

COMENTÁRIO FINAL

Em 31 de dezembro de 2013, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – Nordesteprev somaram R\$ 26.527.277,65, tendo o mesmo uma rentabilidade anual negativa de 3,89%.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (R\$ Mil)		
	2013	
	564	100,00%
Pessoal Próprio e Encargos	93	16,49%
Treinamentos/Congressos	2	0,35%
Viagens e Estadias	2	0,35%
Administradora de Planos	267	47,35%
Auditoria Externa	7	1,24%
PIS/COFINS	26	4,61%
Locomoção	2	0,35%
Postagens	1	0,18%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	2	0,35%
Tarifas Bancárias	17	3,01%
Aluguéis	11	1,95%
Associações de Classe	5	0,89%
Água/Energia Elétrica/Telefone	13	2,31%
Eventos e Confraternizações	6	1,06%
Limpeza e Conservação	5	0,89%
Material de Consumo	1	0,18%
Material de Expediente	3	0,53%
Depreciação	7	1,24%
Outras Despesas	47	8,34%
Gestão Terceirizada (Indireta)	47	8,31%
Taxa de Administração	33	5,81%
Auditoria Externa	4	0,73%
Consultoria Jurídica	5	0,85%
Custódia	2	0,28%
Taxa de Fiscalização CVM	2	0,42%
Outras	1	0,22%

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO – NORDESTEPREV

1. ESTATUTO

Não houve alteração do Estatuto Social da Entidade em 2013.

2. REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração do Regulamento do Plano de Benefícios NORDESTEPREV em 2013

O Estatuto vigente e Regulamento vigente do Plano estão disponíveis para consulta no site www.oabprevnordeste.org.br, na opção Documentos → Documentos Legais da Entidade.

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2014

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO – NORDESTEPREV

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2014

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo: 16/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Sebastião Alves da Silva

Mecanismo de informação da política aos Participantes: Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR E EMISSÃO

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de baixo risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de diversificação:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

TABELA DE LIMITES PARA INVESTIMENTO POR PESSOA JURÍDICA E POR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 3%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE EMISSÃO DE EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS E AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de alto risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de investimento por emissor:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO				
LIMITE DO PL DO PLANO		MOODY'S	S&P	FITCH
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD		BBB, BB, B, C, D

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras e ao patrimônio líquido do fundo de investimento em direitos creditórios e do fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO				
EMISSOR		MOODY'S	S&P	FITCH
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD		BBB, BB, B, C, D

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda Fixa	CDI	80%	100%	100%
Renda Variável	IBrX	0%	10%	0%
Investimentos Estruturados	CDI	0%	10%	0%
Investimentos no Exterior	CDI	0%	0%	0%
Imóveis	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%
Empréstimos e Financiamentos	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica desta Política é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o horizonte de investimento de um Plano de complementação de aposentadoria. Por isso, baseia-se principalmente numa estimativa de retornos reais de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação. Com a aproximação do fim de 2013, se faz oportuno refletir sobre as perspectivas e tendências econômicas para 2014.

O mercado internacional continua aguardando as decisões dos Estados Unidos sobre a continuação dos estímulos à economia local. Incerteza é a palavra que define as perspectivas para o ano de 2014. Enquanto isso, na Europa, as taxas de desemprego estão bem distantes dos níveis satisfatórios e ainda é cedo para anunciar o fim da crise nessa região, apesar da redução significativa de risco de ruptura.

No cenário doméstico, o Brasil passou por um período de turbulência no segmento de renda fixa principalmente pelos ativos indexados à inflação. Dada a expectativa de aumento dos juros de curto prazo no Brasil e o efetivo aumento da taxa Selic, como instrumento de correção do rumo da inflação, os juros dos títulos do Tesouro de longo prazo foram aumentando gradativamente com a contrapartida de vermos os seus preços de mercado caindo, refletindo em rentabilidade negativa e elevada volatilidade, em alguns momentos superior ao nível de volatilidade dos índices mais comumente utilizados como representantes do segmento de renda variável.

Em resumo, 2013 continuou sofrendo resquícios da crise internacional sofrida em 2008, no cenário externo, e da pressão inflacionária e dos desequilíbrios fiscais no Brasil. Apesar das grandes contrações econômicas não serem tão frequentes, a economia vem sendo marcada pela longa duração desses efeitos e por um crescimento ainda bastante abaixo da média pré-Lehman e da tendência de longo prazo.

Abaixo apresentamos as estimativas de retorno nominal das principais variáveis econômicas.

Indicadores	2014	2015	2016
PIB - %	2,70%	2,40%	3,50%
US\$ final - R\$	2,35	2,45	2,45
IGPM - %	5,60%	5,30%	5,00%
INPC - %	5,83%	5,28%	5,19%
IPCA - %	5,80%	5,30%	4,80%
SELIC Fim de Período - %	10,00%	11,00%	9,50%
SELIC Média - %	10,00%	10,69%	9,80%
Bolsa (130% SELIC) - %	13,00%	14,30%	12,35%

* Fonte: Icatu Seguros (Data base 11/2013)

A OABPREV-NE, na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, pode se utilizar dos cenários de curto prazo para fazer suas micro-aloções (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa, etc.) e para a alocação tática em cada segmento (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A OABPREV-NE acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

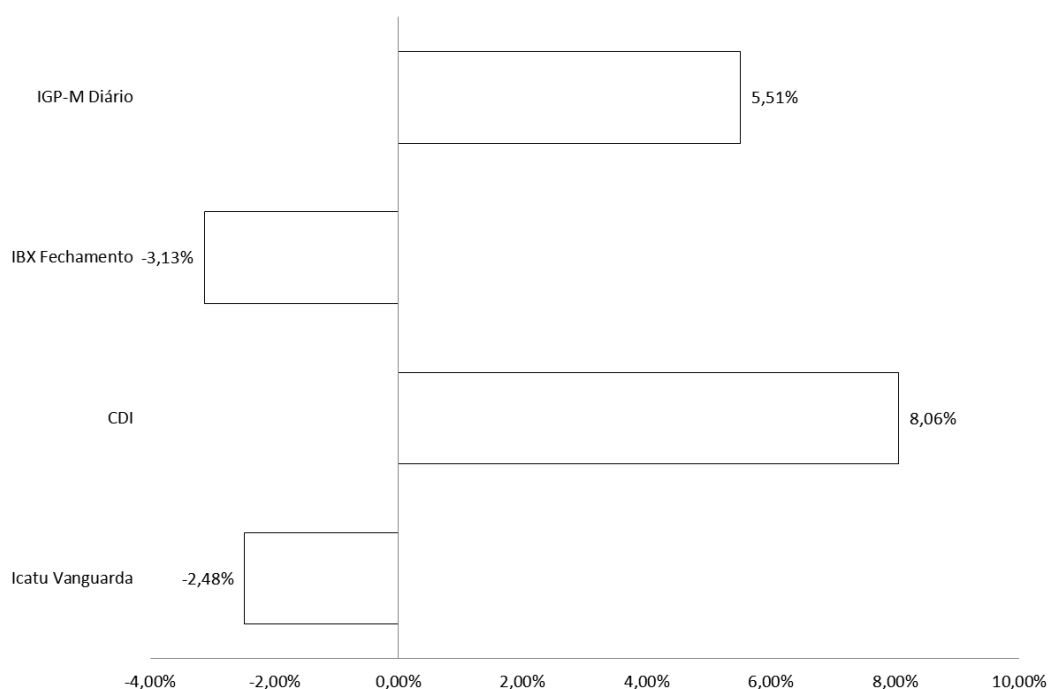
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2013 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

Alocação	2013		2012	
Renda variável	-	0%	-	0%
Renda fixa	19.934	100%	23.449	100%
Total	19.934	100%	23.449	100%

RENTABILIDADE ACUMULADA JAN/13 A DEZ/13



Os recursos do plano estão alocados no fundo ICATU VANGUARDA FIC OABPrev-Nordeste.

PARECER ATUARIAL

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - NORDESTEPREV DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARAÍBA – OABPREV- NORDESTE EXERCÍCIO 2013

1. Objetivo

Este parecer tem como objetivo atender à Resolução MPS nº 23, de 06 de dezembro de 2006 que, em seu artigo 3º, inciso IV, estabelece a disponibilização do parecer atuarial do Plano de Benefícios aos participantes e assistidos.

Em consonância à Instrução nº 09, de 14 de dezembro de 2010 e com a Instrução nº05 de 01 de Novembro de 2013, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

A presente Avaliação Atuarial teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio para Cobertura do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - Nordesteprev, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados Do Brasil - Seccional Da Paraíba, em 31/12/2013, bem como, avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das provisões matemáticas, os resultados do Programa Administrativo da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na presente avaliação e que passarão a vigor a partir do exercício de 2014.

2. Base Cadastral

As informações referentes aos participantes ativos, assistidos e pensionistas para a Avaliação Atuarial, nos foram enviadas em arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2013 em formato “xls”.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2013. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis referentes ao mesmo período.

Analisando as informações encaminhadas se verificou que o quantitativo de participantes se manteve constante, entretanto houve 71 adesões e 71 desligamentos no exercício de 2013. No que tange os aposentados, houve um aumento no número de aposentadorias, passando de 121 em 2012 para 130 benefícios em percepção em 2013.

Quanto aos pensionistas observou-se que também houve um aumento no número de benefícios em manutenção, passando de 5 em 2012 para 13 benefícios em 2013.

3. Hipóteses atuariais

O Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Tal resolução foi alterada pela CNPC nº 09/2012, estabelecendo novos parâmetros técnico-atuariais para estruturação do plano de custeio e mensuração dos resultados futuros dos planos de benefícios. Como principais modificações nota-se a indicação do patamar máximo para hipótese de juros e a exigência de uma justificativa técnica que comprove sua aderência ao fluxo de receitas e despesas futuras.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas para a Avaliação Atuarial – 2013, considerando a manifestação da Entidade quanto ao Relatório de Hipóteses Atuariais desenvolvido por esta Consultoria, são:

a) Taxa de Juros: 5,50% a.a.;

Ao efetuar estudos retrospectivos da rentabilidade do plano, por meio do Relatório de Hipóteses Atuariais se indicou a manutenção da taxa de juros em 5,00%. Não obstante a Entidade, observando-se os limites de que trata a Resolução CNPC 09/2013, que determina como patamar máximo para a presente avaliação 5,75%, a entidade optou por utilizar a taxa de 5,50% para hipótese de juros.

b) Tábua de Mortalidade Geral: AT – 2000 - F; e,

Para fundamentar tecnicamente a escolha das hipóteses a entidade se baseou no Teste de Aderência de Hipóteses realizado pela Data A Consultoria. Tais testes indicaram que, por se tratar de um plano relativamente recente, que contempla uma experiência estatística ainda insuficiente, foi necessário utilizar como objeto de estudo a massa de 16 planos Instituídos com características semelhantes. Com base na referida população analisada, a tábua que se apresentou como a mais aderente dentre as estudadas foi a AT 2000 – F.

c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT – 2000 - F.

O mesmo fato ocorreu na análise da tábua de mortalidade de inválidos, onde os dados analisados não foram suficientes para elaboração de testes estatísticos significantes. Desta forma, por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, o qual seus benefícios estão financiados pelo método de capitalização individual, não havendo, portanto, diluição de risco, optou-se, por conservadorismo, pela adoção da mesma tábua indicada para estimar a expectativa de vida de participantes assistidos válidos, qual seja AT 2000 – F.

Por se tratar de um Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial.

4. Resultados atuariais

O Plano Nordesteprev, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional da Paraíba, apresentou, em 31/12/2013, resultado de equilíbrio técnico. Apurou-se uma Provisão Matemática de R\$ 26.527.277,65, sendo R\$ 18.981.981,51 referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e R\$ 7.545.296,14 referente à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus

participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal equilíbrio técnico.

A rentabilidade auferida pelos recursos do plano em 2013, considerando a cota vigente em 31/12/2012 e 31/12/2013, foi de -3,89%. No mesmo período o Índice de Referência acumulou 11,37%.

A *Duration* do plano foi apurada em 289 meses (24 anos). Assim, é importante que essa informação seja considerada quando da definição das estratégias de investimento dos recursos garantidores do plano de benefício.

Por fim, quanto ao Programa Administrativo, verificou-se sua suficiência no período. Observou-se no exercício de 2013 uma elevação de 45,83% do fundo administrativo em relação ao ano de 2012, apresentando em 31/12/2013 um montante de R\$ 115.515,76.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Parecer foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis referentes à data base 31/12/2013.

Considerando o exposto no presente parecer se conclui que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - Nordesteprev encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, devendo observar as indicações e os resultados apurados pela Avaliação Atuarial.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2014.

Data A Consultoria S/S Ltda.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

AOS CONSELHEIROS, DIRETORES E PARTICIPANTES DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DA PARAÍBA – OABPREV-NE JOÃO PESSOA – PB.

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-NE (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multipatrocinado da

Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-Nordeste, em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC

OUTROS ASSUNTOS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 11 de março de 2013, que não conteve nenhuma modificação.

Blumenau (SC), 06 de março de 2014.

VOX Auditores Independentes S/S

CRC (SC) nº 008488/O-5

Jaimir Biffi

Contador CRC (SC) nº 017155/O-7

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARAÍBA – OABPREV- NORDESTE EXERCÍCIO 2013

Senhor Presidente, Senhores (as) Conselheiros (as),

Vimos por meio desta, discorrer sobre a realização dos trabalhos desta Diretoria, bem como, o relacionamento com a Gestão Administrativa e Financeira desta Entidade.

Por primeiro, na forma estatutária, cumpre-nos apresentar o relatório das atividades de nossa Entidade no Exercício de 2013.

Foi um ano de muitos desafios e incertezas no mercado, porém também um ano de realizações e superação. Após quatro anos de existência do Fundo de Pensão, com participação de três Instituidoras, quais sejam a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba, a Caixa de Assistência dos Advogados da Paraíba – CAAPB e a Associação dos Aposentados da Caern - APOSCAERN, a entidade terminou o ano com 204 participantes ativos, com um crescimento de 21 participantes em relação ao final de 2012, tendo fechado o ano de 2013 com 143 assistidos. Os dependentes dos assistidos neste ano receberam da Entidade o total de R\$ 275.269,46 (duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos) de pensão por morte.

Fechamos 2013 com 204 participantes ativos no Plano. Ao contrário de 2012, onde os investimentos tiveram performance acima da média, em 10,20% sendo um dos Fundos de Pensão dos Advogados com maior rentabilidade no País, 2013 foi um ano desafiador e conturbado para os mercados brasileiro e global. As sucessivas altas nas taxas de juros, combinada com a precificação a valor de mercado dos títulos públicos que compunham nossa carteira fizeram com que nossa carteira de investimentos sofresse com a volatilidade pela emissão de novos títulos com cupons de juros mais altos. Ainda assim, desde 23/09/2009 até final de 2013 tivemos uma rentabilidade acumulada de 44,80%. Com relação ao Plano de Gestão Administrativa, a Diretoria não mediu esforços em diminuir as despesas e aumentar receitas, trazendo maior equilíbrio financeiro e sustentabilidade ao Plano, através do controle e racionalização dos custos e acompanhamento junto aos consultores de vendas, para estimular o crescimento do Plano. A OABPrev-Nordeste contou ainda com o aporte dos participantes do IASAN, que se deu em Dezembro do Ano de 2013, trazendo um acréscimo de mais de cerca de 6,7 milhões de reais em novos recursos para o Fundo de Pensão.

Em observância ao Artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrev-Nordeste não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A OABPrev-Nordeste encerrou o exercício de 2013, com o Ativo Líquido do Plano de R\$ 26.527.000,00, conforme consta das Demonstrações Contábeis e do Relatório da VOX AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

Tudo isso, alcançado com capital dos participantes ativos e assistidos, evidenciando a solidez econômica e financeira da Entidade e o equilíbrio sustentável de suas contas do ativo e passivo.

O ano de 2013 foi marcado por novidades, com a composição de uma nova Diretoria e Conselho, que buscou o entendimento para dar prosseguimento ao bom trabalho empreendido pela Gestão anterior. Com a realização de reuniões periódicas discutindo assuntos pertinentes às necessidades do Plano, inclusive participando de Congressos e Treinamentos, para manterem-se aperfeiçoados neste complexo tema da Previdência Complementar, o processo de certificação previsto pela Resolução CMN nº 3.792/2009 é realizado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais da Seguridade Social – ICSS, órgão nacional ligado à Associação Brasileira dos Fundos de Pensão – ABRAPP e que desfruta da mais alta respeitabilidade pelo mercado financeiro e previdenciário. Temos meta de alcançar o maior número possível de certificação dos demais Diretores e Conselheiros para o Ano de 2014. Os Diretores em 2013 baixaram resoluções e elaboraram documentos legais visando preservar a probidade dos atos administrativos e a segurança na execução dos atos de seus funcionários. Também cumpriram com suas designações nas Eleições dos Conselhos e na elaboração e cumprimento do Orçamento de Gestão, do PGA e da Política de Investimentos da Entidade.

Também foi discutida com a Mongeral, empresa contratada para gerir as vendas do Plano, durante todo o ano de 2013 a necessidade de se fomentar ainda mais as vendas com plano de ação para que se aumente o número de participantes ativos na Entidade.

Não ficamos apenas por aqui neste relatório. A Diretoria trás para o Ano de 2014 grandes projetos que serão ousados e aguerridos com objetivo de trazer melhorias à OABPrev-Nordeste.

Pelo que se verifica, Senhor Presidente, Senhores (as) Conselheiros (as), esse foi o trabalho da Diretoria Executiva, com a recomendação para aprovação das Contas do Exercício de 2013 pelo Conselho Fiscal e Deliberativo, espelhado nos relatórios acima mencionados.

A todos e a todas, o nosso muito obrigado, pela confiança depositada, pela orientação, pelas recomendações oportunas e principalmente pelo prazer do grande companheirismo demonstrado nesse período, esperando que continue sempre.

Atenciosamente,

João Pessoa, 20 de março de 2014.

Marcio Maranhão Brasilino da Silva
Diretor Presidente

Sebastião Alves da Silva
Diretor Financeiro e de Benefícios

Francisco Luís Macedo Porto
Diretor Secretário

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO 2013

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-Nordeste, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 44 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 20 de março de 2014, analisou os relatórios da Vox Auditores Independentes S.S., e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, constatou que as demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis exigidas pela legislação Nacional e pelo Estatuto e Regimento da Entidade.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal conclui que os documentos refletem a real situação patrimonial e financeira da Entidade, pelo que recomenda sua aprovação.

João Pessoa, 20 de março de 2014.

Adair Borges Coutinho Neto
Conselheiro Fiscal

Jeová Pereira Alves
Conselheiro Fiscal

Rafael Sedrim P. de Miranda Tavares
Conselheiro Fiscal

Niete Maximino Navarro
Conselheiro Fiscal

Diego Fabrício C. de Albuquerque
Conselheiro Fiscal

Francisco Sales De Oliveira
Conselheiro Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO – EXERCÍCIO DO ANO DE 2013

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da OABPrev-Nordeste referente ao exercício de 2013:

Em reunião do dia 26 de março de 2013, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba – OABPrev-Nordeste, no uso das competências de que trata art. 34 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da OABPrev-Nordeste, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Relatório da Vox Auditores Independentes S.S., no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da OABPrev-Nordeste e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2013.

João Pessoa, 26 de março de 2014.

Gilvânia Maciel Virginio Pequeno
Presidente do Conselho Deliberativo

GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS   o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modifica es que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstra o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL   o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentac o do ativo líquido por meio das adic es (entrada) e deduc es (saídas) de recursos.

Demonstra o do Ativo Líquido (DAL): a DAL   o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composi o do Ativo, Obriga es e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstra o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA   o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentac es que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstra o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT   o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a aloca o dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legisla o vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado   meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplica o.

Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstra es contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropria o dos recursos e na avalia o dos elementos patrimoniais. Além das informa es já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos   responsável por definir as principais regras e condi es para aplica o dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política   elaborada anualmente e deve considerar em sua elabora o os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para defini o dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste Conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.





Central de Relacionamento



4002 0606 Capitais

0800 284 0606 Demais localidades

www.oabprevnordeste.org.br

Rua Rodrigues Aquino, 37 – Térreo, Centro. João Pessoa - PB – CEP 58013-030